

DO ANTIGO ESTADO À MÁQUINA MERCANTE

A troca torna supérflua a gregriedade e a dissolve.

Marx, *Fundamentos da crítica
da economia política*

Começo pelo estudo do soneto de Gregório de Matos, “À Bahia”, escrito no último quartel do século XVII:

*Triste Bahia! ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.*

*A ti trocou-te a máquina mercante,
que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando e tem trocado
Tanto negócio e tanto negociante.*

*Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples aceitas do sagaz Brichote.*

*Oh se quisera Deus que de repente
Um dia amanhecera tão sisuda
Que fôra de algodão o teu capote!*

Uma primeira aproximação ao texto, de caráter abrangente, encontra dois movimentos de sentido oposto. Pelo primeiro, o *eu* lírico entra em simpatia com o *tu*, a cidade da Bahia, animada e personalizada. Pelo segundo, vem a separação: o *eu*, agora juiz, invoca um castigo para o outro, chamando a intervenção de uma terceira pessoa,

Deus, mediador poderoso e capaz de executar a pena merecida. A primeira onda de significação move os quartetos; a segunda, os tercetos.

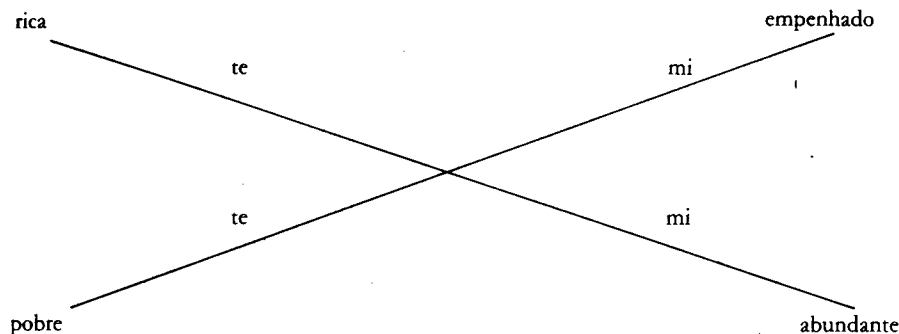
Como se constrói estilisticamente o efeito inicial de empatia entre Gregório e a sua cidade? De várias maneiras, começando pelo acorde que abre o soneto: *Triste Bahia!*. A expressão é nominal e é exclamativa. O nome próprio, quando ilhado, carente de qualquer relação frásica direta, tende a concentrar em si mesmo todo o *pathos* investido pelo sujeito que o profere. Sabemos a arcana derivação indo-européia: de *numen*, *nomen*. Assim nomeia-se a Bahia, o espaço de vida, não como alheio ou estranho à voz do poeta, mas imantado pela força das suas paixões; não o nome em si, menção abstrata, mas o nome-para-o-eu, o nome sofrido, o nome a que o tom exclamativo dá grau de canto; o nome qualificado, *triste*. Ambíguo, aliás, este adjetivo: denota estado de alma depressivo e melancólico; mas também conota — se posto no contexto inteiro do soneto — a idéia de infelicidade, que partilha com outros nomes da nossa língua, como *desgraçado* e *miserável* sobre os quais paira igualmente uma sombra de culpa. A Bahia não está só magoada; também é um exemplo lastimável de mudança para situação pior, de cuja responsabilidade não pode isentar-se. Triste como quem perdeu o *antigo estado*, sim, mas triste também como a criança geniosa e de maus costumes com quem a mãe ralha em desabafo: “Mas é *triste* esse menino!”. O sentido pleno só se apreende quando finda a leitura.

A mesma aura aflita circunda o período que desdobra a mensagem contida na apóstrofe inicial: “[...] ó quão dessemelhante/ Estás e estou do nosso antigo estado!”.

Selando o contraste, que separa o passado e o presente, vem o predicado central: *quão dessemelhante*. A diferença está radicada no eixo do tempo: houve um *antigo estado*, cuja perda é o motivo gerador de todo o discurso. Neste primeiro quarteto, importa assinalar que a mudança arrastou consigo a Bahia e Gregório, o *tu* e o *eu*. É sobre essa identificação profunda de sujeito e objeto que assenta a liricidade do texto: as contradições da história social falam aqui pela voz do indivíduo.

O senso de empatia do poeta com a sua terra avulta pela ênfase nas reiterações: *estás, estou, estado*; sintagmas a que se confiou o papel de instituir a semelhança mantida no curso das transformações.

O *mesmo* dos seres tem de enfrentar o *outro* dos tempos; o que provoca o jogo quiástico e barroco do mútuo espelhamento:



O poeta vê a cidade; a cidade vê o poeta — no presente —, assim como ambos já se reconheceram no passado: eu vejo a ti, tu a mim; te vi eu já, tu a mim. A qualidade do ser, refletida nos olhos de cada um, é o que mudou com o passar dos anos: da antiga riqueza caiu-se na pobreza de hoje.¹

Da lamentação centrada no par *eu-tu*, fortemente atado nos quatro primeiros versos, o poeta move-se para o ato de acusar as forças que os arrancaram, a ele e à Bahia, da grata abundância em que ambos viviam outrora. O segundo quarteto é obsessivo na denúncia do agente responsável pelo desastre comum. As palavras que o designam cercam um universo de referentes bem determinado, e que a expressão *máquina mercante* enfeixa soberbamente.

O que vem a ser esta máquina mercante?

Ao pé da letra, são os navios do comércio, muitos deles britânicos, franceses e batavos, que traziam mercadorias de luxo, principalmente da Índia e da Europa. Aportavam na barra de Todos os Santos, aqui, não sem escárnio, dita *larga*, jogando o poeta com o duplo sentido físico e moral do termo e insinuando a liberalidade perigosa com que o porto se rendia aos tratantes de fora.

Figuradamente: “máquina mercante” soa, aos nossos ouvidos de hoje, como uma arguta metonímia do sistema inteiro, o mercantilismo. Deixo para o momento da interpretação histórica a discussão desta segunda possibilidade.

Mas o que *faz* a máquina mercante? Gregório conjuga plasticamente, em vários tempos e aspectos, o verbo que melhor condiz com a sua ação proteiforme: *trocar*. A máquina trocou, foi trocando e tem trocado, porque ela não só agiu em um passado remoto e já definido,

como também continuou operando ao longo do tempo, e os seus efeitos, multiplicados por “tanto negócio e tanto negociante”, mostram-se ainda ativos no presente. O mercado é o lugar comum do bulício onde ninguém pode permanecer quieto sob pena de cair fora da sua posição. *Trocar* tem, nesse passo, o significado preciso, e hoje um tanto raro, de *mudar, alterar*, com regência de objeto direto: a máquina mercante *trocou-te*, isto é, transformou a cidade da Bahia e os seus moradores.

Já se viu qual foi o vetor dessa metamorfose: a Bahia e o poeta, de prósperos que eram, acabaram endividados. (Um parêntese para quem crê no amavio subliminar dos sons: o grupo consonantal, /tr/, que se dissemina em tantas palavras deste segundo quarteto, nas várias formas de *trocar* e no verbo *entrar*, é o mesmo que abre a palavra *triste*, a qual, por sua vez, é cabeça do poema e signo do seu *pathos* dominante.)

A esperteza da máquina mercante, esse engenho danoso, a *Coisaz* por excelência, levou a Bahia a entregar-se; e aqui se dá a passagem do lírico sofrido (*Triste Bahia!*) ao satírico encrespado. A simpatia recolhe-se; e o olho, moralista, volta-se, agora juiz severo, contra a pródiga, a remissa e descuidada “senhora Dona Bahia” de outro poema não menos famoso. No trato com o negociante, não soube a cidade permutar com siso o seu ouro branco em ouro em pó:

*Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis...*

A operação de barganha foi lesiva, colonialmente lesiva, ao produtor de mercancia tropical. Do lado de lá só vieram os ouropéis de um luxo funesto. A Colônia foi simplória; ao passo que o mercador inglês, o Brichote (depreciativo de *British*, à portuguesa?), foi *sagaz*. As atribuições estão vincadas com o estilete dos atributos: *excelentes* versus *inúteis*; *simples* versus *sagaz*. A culpa não estaria apenas na inépcia da Bahia, mas na sua curiosidade vaidosa e fútil, que o epíteto *abelhuda* traduz comicamente. Sem contar o travo doce de mel que um derivado de *abelha* comporta...

No terceto de fecho a vítima torna-se ré. A triste Bahia deve ser castigada e canonicamente reduzida a penitente. Que passe de abelhuda a sisuda, de fátua a recolhida, de pródiga a austera. A conversão terá seu penhor no traje, signo visível de modéstia ou de vaidade

nas mulheres. Que a Bahia deixe de envergar sedas e veludos e se contente com um simples capote de algodão, esse pano barato que os escravos tecem e só os mais pobres vestem:

*Oh se quisera Deus que de repente
Um dia amanheceras tão sisuda
Que fora de algodão o teu capote!*

GREGÓRIO EM SITUAÇÃO: ESTAMENTO, RAÇA, SEXO

Gregório lastima tão desconsoladamente a mudança que caberia perguntar aos historiadores da sociedade colonial o que se deva entender por esse Antigo Estado que a Bahia teria vivido, e que a Máquina Mercante atalhou brutalmente.

As flutuações mercantis do século XVII são relativamente bem conhecidas. Depois dos estudos de Roberto Simonsen, Magalhães Godinho e Frédéric Mauro² sobre o auge e a decadência da economia no Nordeste colonial, sabemos que a crise do preço do açúcar se agravou no meio do século, quando as plantações das Antilhas lograram concorrer vantajosamente com os mecanismos portugueses de comercialização. Segundo Mauro, “em Lisboa os preços passam de 3000 réis a arroba, em 1650, a 2400 em 1688”.³ Gregório, observador *in loco*, diz melhor:

*O Açúcar já se acabou? Baixou.
E o dinheiro se extinguiu? Subiu.
Logo já convalesceu? Morreu.
À Bahia aconteceu
o que a um doente acontece,
cai na cama, o mal lhe cresce,
baixou, subiu e morreu.”*

(“Juízo anatômico dos achaques que padece o corpo da República, em todos os membros e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia.”)

A primeira metade do século XVII (que corresponde ao tempo de infância do poeta) viu crescerem os engenhos e consolidar-se uma pequena nobreza luso-baiana. Esta beneficiava-se do franco amparo das leis metropolitanas, que chegavam até mesmo a sustar a execução

de dívidas quando os empenhados fossem produtores de açúcar. Era como se a Coroa pensasse: “Para os senhores de engenho, tudo!”.

Mas a política protecionista declinou depressa na segunda metade da centúria à medida que a economia portuguesa entrava na órbita da Inglaterra e perdia a sua independência contra a qual iria assentar golpe de mestre o Tratado de Methuen em 1703; então começa a valer a frase antológica do historiador Alan K. Manchester: *Portugal became virtually England's vassal*.⁴

A passagem do Antigo Estado à Máquina Mercante é acusada por uma abertura efetiva da barra de Salvador a navios estrangeiros, depois de passado mais de meio século em que só navios portugueses gozavam legalmente dessa regalia. Leis taxativas de d. Sebastião (1571) e de Filipe II (1605), que tinham proibido a descida de negociantes flamengos, ingleses e franceses às costas da Colônia, foram relaxadas por d. João IV logo depois da Restauração de 1640. A política anticastelhana deste último convertia-se, de fato, em política de aliança com a Grã-Bretanha.

Gregório de Matos viveu por dentro os efeitos da viragem. A sua família, de antiga fidalguia lusa, e senhora de um engenho de tamanho médio no Recôncavo, perdeu, como tantas outras, o sustento oficial irrestrito que a escudara nos primeiros decênios do século. Com a queda fulminante dos preços do açúcar a nova situação passou a favorecer três grupos econômicos: as companhias estrangeiras, em primeiro lugar; depois, alguns latifundiários de maior calibre que conseguiam sobreviver à crise aumentando a produção e mantendo a escravaria (provavelmente, a nobreza *caramuru*, como o sátiro a chama, ressentido); enfim, e parcialmente, a sólida classe dos intermediários, os comerciantes reinóis já enraizados nas praças maiores da Bahia e do Recife, aos quais o exclusivo colonial necessariamente protegia.⁵

Como intelectual e *clerc*, Gregório não se situava estritamente no lugar social da produção ou da circulação de bens materiais. Cabia-lhe um quinhão no aparelho administrativo, no caso a burocracia colonial ou a Igreja. Aí, de fato, franquearam-lhe carreira decorosa o estamento de origem, os títulos obtidos em Coimbra de doutor *in utroque jure* além do brilho do literato consumado. Foi vigário-geral da Sé da Bahia e seu tesoureiro-mor a partir de 1681 quando ainda gozava do valimento de dom Gaspar Barata, primeiro titular daquela arquidiocese.

Mas logo os costumes livres e a língua ferina causaram-lhe embaraços e desafetos. A crer no que refere o seu primeiro biógrafo, o licenciado Manuel Pereira Barreto, o poeta perdeu os dois cargos, viveu algum tempo como advogado, desperdiçando afinal às mancheias o patrimônio familiar: "Vendeu já necessitado por três mil cruzados uma sorte de terra, e recebendo em um saco aquele dinheiro o mandou vazarem a um canto da casa, donde se distribuía para gastos, sem regra nem vigilância".⁶

O berço fidalgo e o exercício de profissão liberal prestigiada concorreram para formar em Gregório um ponto de vista bastante peculiar que, porém, não o subtrai de todo à figura do intelectual tradicional desenhada por Antonio Gramsci.⁷

O pensador marxista italiano descreveu os dois grupos ideológicos fundamentais que coexistem em sociedades onde o modo de pensar capitalista e burguês ainda está lutando, palmo a palmo, com instituições e valores herdados ao antigo regime. Nessas formações históricas, o intelectual eclesiástico (em contraste com o orgânico, rente ao sistema produtivo) resiste, cultural e passionalmente, aos valores do mercantilismo e da impessoalidade funcional, apegando-se aos velhos direitos do sangue e do nome e às honras e aos privilégios de ordens estamentais fechadas como a Nobreza, a Igreja, os Tribunais, as Armas, a Inquisição e a Universidade.

A tendência do letrado tradicional é, na época barroca, a de uma divisão existencial: a relação com a estrutura social fica cindida entre a auto-identificação com um tipo humano considerado ideal (o *nobre*, o *chevalier*, o *gentleman*, o *honnête homme*, o *hidalgo*, o *discreto*, o *cortigiano* ou *galantuomo*, o nosso colonial *homem bom*) e a repulsa ao vil cotidiano dos outros homens cujas necessidades e interesses se descrevem com o mais cru naturalismo confinante quase sempre com a barbárie.

Olhando de fora e de cima o jogo da competição venal, o homem culto assentado nos vários degraus hierárquicos se constitui idealmente a si mesmo. É a *autoposizione* gramsciana, que isenta da guerra *suja* do lucro e aparta todo um grupo social da mercancia e do trabalho manual, atividades ambas desprezadas pelo fidalgo dos Seiscentos. A esse desdém, de natureza estamental, soma-se o correlato prejuízo racial contra o judeu; e, na Colônia, contra o mestiço. Um é mercador, o outro tem sangue de escravo.

O nó do preconceito fica inextricável quando a desigualdade produzida pela divisão social se combina com discriminações de raça ou de credo. Na Colônia, ambos, o opressor e o oprimido, receberam o selo de uma dupla determinação.

Gramsci vinculava a pretensão de autonomia do *clérigo* à consistência de grupos tradicionais ainda prestigiados e favorecidos no interior do Estado. Tudo indica que, no caso do Brasil seiscentista, essa relação se estreitou nos momentos de depressão da economia agro-mercantil. Então, a saída honrosa para um herdeiro letrado se procurava na burocracia ou na esfera do clero, firmemente atado à Coroa pelo regime do padroado.

Araripe Jr., que observou Gregório por uma lente tainiana, sempre à procura da faculdade dominante do escritor, viu com nitidez o seu fundo ressentimento para com as *desordens* da Bahia dos fins do século, mas atribuiu-o a singularidades de caráter. A interpretação, por ser difusa e psicologizante, não dá conta inteira do sistema de relações sociais que se depreende analisando os estratos atingidos pela verve do poeta. Não se tratava de um rancor cego, de uma atração bñil projetada, a torto e a direito, contra pessoas entre si diversas. Só aparentemente os grupos feridos pela pena do sátiro nada tinham em comum: de fato, o que aproximaria, à primeira vista, o magano estrangeiro e o vigário mulato do Passé? Ou o senhor de terras cioso de sua estirpe nativa e o merceeiro cristão-novo enricado em curto prazo? Esses objetos das flechas de Gregório aparecem, ao leitor distante, apenas como indivíduos dispersos cujos vícios atraíram os remos do seu sarcasmo e aceraram as lâminas do seu verso. Daí, a tentativa forte de recair no registro moral de Araripe Jr.; ou então, em alguma sorte de formalismo voltado para as estruturas do discurso satírico tomado em si mesmo, e para o qual os tipos de escarmentados pelo poeta seriam antes *topoi* de uma longa tradição literária do que formações histórico-sociais circunscritas no espaço e no tempo.

Novamente, é o conhecimento histórico do ponto de vista do escritor que nos vai impedir de entrar no labirinto de hipóteses arbitrárias. O *filho d'algo* em apuros não tolera o comerciante forâneo nem o desenvolto mercador cristão-novo. O que está em jogo não é uma forma irritada de consciência nacionalista ou baiana, mas uma rija oposição estrutural entre a nobreza, que desce, e a mercancia, que sobe. O antagonismo vem do Medievo, que já lançara as pechas de *vilão*

e *tratante* contra o homem de negócios e o onzeneiro, mas acirra-se e toma corpo doutrinário nos Seiscentos, quando já vai acesa a longa batalha que levará a aristocracia de roldão. Mais do que nunca, nobreza e burguesia disputam o poder político; mais do que nunca, a tradição crispa-se e afronta a modernidade. Dizia frei Amador Arrais, carmelita descalço e anti-semita, morto em 1600: “Não deve ser o Príncipe mercador, porque é baixeza de mau cheiro”.⁸

Se o soneto “À Bahia” acusa o sagaz brichote, a glosa ao mote “Efeitos são do cometa” não poupará “o Holandês muito ufano” nem “os Franchinotes” que nos invadem “com engano sorrateiro/ para nos levar dinheiro/ a troco de assoviotes”.

De outro lado, vêm grimpendo pelos interstícios do sistema colonial os açambarcadores do porto (a *Arte de furtar* já fala em “atravessadores”) e os migrados de sangue suspeito, que souberam poupar e investir, e agora detêm nas mãos a isca do crédito e da moeda corrente, nesta cidade onde a baixa do ouro doce multiplicou dívidas e empenhos:

*Estupendas usuras nos mercados:
Todos os que não furtam, muito pobres:
Eis aqui a cidade da Bahia.*

(“Aos Srs. Governadores do Mundo...”)

A ascensão rápida de um “sota-tendeiro de um cristão novo” está contada nas quadras de “À cidade da Bahia”. Aí narra-se a história de um pobre mas ousado vendedor de chitas que, ajudado pelos parentes, mas sobretudo pelo próprio desejo de ganho, “entra pela barra dentro” (outra vez o enlace do audaz intruso com a remissa Bahia), salta em terra, monta loja e armazém, engana, despista, casa-se com rica herdeira e acaba vereador do pelouro, “que é notável dignidade”:

*Já temos o Canasteiro
que inda fede aos seus beirames,
Metamorfosis em homem grande:
eis aqui o personagem.*

O que machuca os brios de Gregório é, acima de tudo, ver a pretensão do vendeiro (afinal realizada) de ocupar aqueles postos de caráter honorífico secularmente reservados aos “homens bons”. Então,

acabaram-se as diferenças de berço? Tudo o dinheiro há de alcançar; tudo, comprar?

*Adeus, Povo da Bahia;
digo, canalha infernal:
e não falo na Nobreza,
tábula em que se não dá.
Porque o Nobre, enfim, é nobre:
quem honra tem, honra dá:
pícaros, dão picardias;
e ainda lhes fica que dar.*

.....
*No Brasil, a Fidalguia
no bom sangue nunca está;
nem no bom procedimento:
pois logo em quê pode estar?*

*Consiste em muito dinheiro,
e consiste em o guardar:
cada um o guarde bem
para ter que gastar mal.*

(“Despede-se o Autor da Cidade da Bahia na ocasião em que ia degredado para Angola de potência, pelo Governador D. João de Alencastre”.)

Que a oposição sobredeterminante em Gregório seja o par *nobre/ignóbil* (e não: brasileiro/estrangeiro) resulta claro de sátira hilariante que dirige contra o “Fidalgo da terra”, o “Adão de massapé”, símbolo daquela pequena mas poderosa classe de senhores baianos nos quais já era considerável a dose de sangue indígena. A estes, que viriam a ser a futura classe dirigente nacional, e cujos interesses iriam com o tempo apartá-los dos reinóis, o poeta não perdoa justamente os fumos de prosápia que a riqueza e as vitórias contra os holandeses estavam alimentando. São exemplos notáveis: “A fidalguia do Brasil”, que se fecha com o decassílabo em *torpe idioma* “Cobé pá, ari-cobé, cobé, pai”; “A fidalguia ou enfidalgados do Brasil”, além do soneto “A Cosme Moura Rolim insigne mordaz contra os filhos de Portugal”.

O tema não varia: o antigo bugre, “alarve sem razão, bruto sem fé”, arroga-se o direito de exibir títulos; e do contraste entre a altura

HÆC MAXIMA DONA VIGESCUNT.

Hi

S. Salvador.
in Brasilia.



Corporis, Ingenii donis, Sortisq; corriscat

Si quis; hæc tria sunt maxima dona Dei.

"A ti trocou-te a máquina mercante,
que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando e tem trocado
Tanto negócio e tanto negociante."

Gregório de Matos, "À Bahia"

da sua presunção e a rudeza do seu tronco, exposta no nível da bizarria léxica, é que Gregório extrai o efeito cômico imediato.

Mais delicada, se não espinhosa, é a questão do negro e, dentro desta, a questão do mulato. A ojeriza que o último inspira a Gregório faz entrever uma sociedade onde o grau de mestiçagem era já o bastante alto para que se destacasse do conjunto da população um grupo de pardos livres.

O preconceito de cor e de raça irrompe, cruel, quando surge algum risco de concorrência na luta pelo dinheiro e pelo prestígio. O que era latente e difuso torna-se patente e localizado. Em nosso poeta, o *punctum dolens* é sempre a questão da honra, privilégio que, no código do antigo regime, só pode ser compartilhado por pares de linhagem. Ora, a diferença de cor é o sinal mais ostensivo e mais “natural” da desigualdade que reina entre os homens; e, na estrutura colonial-escravista, ela é um traço inerente à separação dos estratos e das funções sociais. Para o estamento em crise, de onde provinha Gregório, o mundo já fôra posto às avessas pelos brichotes, pelos judeus e pelos netos de Caramuru quando passaram à frente de homens de velha cepa surgida ao tempo das cruzadas. Mas o cúmulo do absurdo acontecia nessa triste cidade onde mestiços forros, agregando-se a famílias abonadas, ou conquistando postos no Fórum e na Sé, recebiam afinal deferências que a ele, branco, nobre e douto, eram recusadas!

*Não sei para que é nascer
neste Brasil empestado
um homem branco e honrado
sem outra raça.*

*Terra tão grosseira e crassa,
que a ninguém se tem respeito,
salvo quem mostre algum jeito
de ser Mulato.*

*Aqui o cão arranha o gato,
não por ser mais valentão
mas porque sempre a um cão
outros acodem.*

As coplas seguintes são particularmente ferozes, pois investem contra a Relação, isto é, contra os tribunais de justiça que seguiam a praxe de processar, com as devidas multas, o senhor branco quando este assassinava o seu escravo, de novo chamado “cão”:

*Os brancos aqui não podem
mais que sofrer e calar,
e se um negro vão matar,
chovem despesas.*

*Não lhe valem as defesas
do atrevimento de um cão,
porque acode a Relação
sempre faminta.*

Nem sempre é mais humana a saudade do Antigo Estado. Mercancia, pele negra, mestiçagem, sangue semita: tudo o que não é “nobreza” e “pureza” vira alvo de um escárnio implacável.

EROS RETALHADO

Uma reflexão à parte merece a chamada poesia burlesca na qual a mulher negra e a mestiça se convertem em objeto misto de luxúria e desprezo.

Aqui o preconceito, tão direto nos passos referidos acima, dobra-se e complica-se porque desce ao subterrâneo de uma prática erótica onde se geram, íntima e simultaneamente, a atração física, a repulsa e o sadismo.

As ricas observações de Gilberto Freyre sobre a licença sexual nos engenhos nordestinos, alinhadas no último capítulo de *Casa-grande & senzala*, procuram dar conta dessa terrível ambivalência; e, embora as conclusões do sociólogo sejam otimistas, quando afirma a existência de uma democracia racial luso-brasileira, basta ler as trovas fesceninas de Gregório para repor em pé a pergunta de base: a fusão que se deu na pele e na carne significou também emparelhamento social?

Alguma resposta se obtém quando se confrontam os versos chulos e a lírica amorosa de Gregório cultista e idealizante. Dedicada à mulher branca e bem-posta, esta poesia decanta, refina e sublima os

impulsos eróticos. Reescreve, para tanto, fórmulas de tradição alta, que vêm dos provençais, do “stilnovu” com a sua visão da “donna angelo” e de Petrarca, até se cristalizar em Camões e amaneirar-se nos espanhóis dos Seiscentos que Gregório secunda com seu virtuosismo.

As águas não se misturam.

De um lado, as amadas distantes, merecedoras de “finezas mil”, damas “rigorosas” e “tiranas”, “cruéis”, que trazem nomes aureolados por séculos de poesia palaciana: dona Ângela, “anjo no nome, angélica na cara”; dona Teresa, “astro do prado, estrela nacarada”; dona Victória, “rosa encarnada”; dona Francelina, “enigma escondido”, “milagre composto de neve incendiada em sangue”; dona Maria dos Povos, sua futura esposa, “discreta e formosíssima Maria”, efigiada como Sílvia depois das núpcias “por razão de honestidade”..., sem contar as donzelas de apelidos árcades, as Clóris, as Fílis, as Marfidas, que saltam das églogas de Guarini para habitar os versos lânguidos do nosso baiano. É a vigência de um “antigo estado” no reino da convenção lírico-amorosa.

Para dizer as “mágoas” e as “penas”, os “pesares” e os “tormentos” desses amores, tanto mais belos quanto mais ingratos, Gregório dispõe de uma retórica flexível que joga com os recursos da *coincidentia oppositorum*. Valores díspares atraem-se mutuamente em expressões acopladas produzindo o efeito de súbitas transformações: “Horas de inferno, instantes de alegria”; “o gosto corre, a dor apenas passa”; “pensamentos ligeiros à esperança, / ao mal constantes”; “que é morte a cor do meu contentamento”; “amoroso desdém, zelosa pena”; “despojo sou de quem triunfo hei sido”...

Presidida pelo nune da distância física, essa é uma poesia da perda e não da posse, da renúncia, não do gozo: “Essas luzes de amoricas e belas, / Vê-las basta uma vez, para admirá-las, / Que vê-las outra vez, será ofendê-las”.

E do outro lado?

Lá desfilam as negras e as mulatas que a carta de alforria lançara ao meretrício havia muito incubado na senzala. Estas são: a Maria Viegas, a quem o poeta descompõe e decompõe em décimas grotescas intituladas “Anatomia horrorosa que faz de uma negra chamada Maria Viegas”; a Babu, a Macotinha, a Inácia, a Antonica, a Luísa Çapata, “mulata esfaimada”, a Chica, “desengraçada crioula”, a Vivência e tantas outras que se confundem em uma galeria de fantasmas lúbricos

cos onde não se conseguem ver rostos de mulher, mas tão-só exhibições escatológicas de partes genitais e anais.

Como interpretar essas figurações contrárias e extremas?

Certamente não basta, no caso dos versos obscenos, remontar a uma linhagem de naturalismo cru, na esteira do que fez o grande filólogo russo Mikhail Bakhtin com Rabelais, decifrado à luz das fontes populares da Idade Média e do Renascimento.¹⁰ A crítica latino-americana tem, às vezes, abusado, isto é, usado mecanicamente, do conceito de “carnavalização” que aquele estudioso propôs dentro de um sistema de relações bem firmes entre texto e contexto. Em Gregório de Matos, o discurso nobre e o impropério chulo não são duas faces da mesma moeda, não são o lado sério e o lado jocoso do mesmo fenômeno erótico. Representam duas ordens opostas de intencionalidade, porque opostos são os seus objetos.

A dignificação ou o aviltamento da mulher tem cor e tem classe neste poeta arraigado em nossa vida colonial e escravista. O uso de termos considerados vulgares faz-se precisamente em situações nas quais a mulher pertence àquela “gentalha”, àquela “canalha” social e racialmente depreciada. Ou então, no caso que demanda uma pesquisa histórica singular, pertence ao mundo, hoje estranho para nós, das moças encerradas à força em conventos, obrigadas pelos pais a tomarem hábito para ocultar algum “mau passo”, enfim banidas de casa por irmãos cobiçosos da sua parte na herança.

Há, portanto, uma desclassificação objetiva da mulher *que nunca se tomaria por esposa*, situação que a cor negra potencia, e à qual corresponde uma violência ímpar de tom, de léxico, em suma, de estilo.

M. Bakhtin descreve em termos topográficos certos processos de desmistificação peculiares ao grotesco e correntes na linguagem de *Gargantua*. Rabelais inverte posições, destrona o alto e põe-no de cabeça para baixo. O sublime decai a peça de escárnio. Trata-se de um jogo de perspectivas *em torno do mesmo objeto*, o direito e o avesso estético e moral de personagens em geral subtraídas à crítica pela censura política ou clerical. Os nomes proibidos do corpo e os termos que designam as funções vitais servem a Rabelais, como serviam aos bufões das cortes medievais, de válvulas de escape para investir contra o pesado ritual das conveniências.

Não é assim em Gregório, que opera um nítido corte entre dois campos de experiência e de significação. O registro chulo não é um

fator congenial a toda a obra do poeta baiano (diversamente do que ocorre em Rabelais), mas apenas um modo setorial de usar a linguagem para marcar a ferro e fogo aqueles que caem na mira da sua irrisão.

As fontes de Gregório são outras, remotas como texto, mas próximas e familiares até hoje no uso coloquial. O recurso ao turpilóquio com intenção de ultraje sempre foi empregado nos chamados gêneros cômicos de “estilo baixo”; o que, para além do Medieval, já vem atestado desde a Antiguidade. Um erudito estudioso dos rituais hierogâmicos e dos himeneus licenciosos da Grécia arcaica, o filólogo Armando Plebe, demonstrou, em *La nascita del comico*,¹¹ como os povos mediterrâneos passaram do gesto franco dos cortejos fálicos, auspiciadores de sementeiras fecundas, ao riso malicioso dos ritos nupciais secretos, para, enfim, explodir em motejos desbocados nas invectivas que pontuam a sátira e a comédia na pólis clássica e alexandrina. Os órgãos e atos da vida sexual tornam-se, quando nomeados, símbolos de agressividade.

Nem tudo, porém, são extremos. E é curioso descobrir, no meio do cancionero lascivo de Gregório, certos passos em que aquela oposição sem matizes entre mulher branca e mulher negra cede a uma hesitante ambigüidade que cava no texto um momento feliz de auto-análise.

Lembro as redondilhas de “À mesma Custódia mostra a diferença entre amar e querer”. Custódia era uma “graciosa mulata” apaixonada pelo filho de Gregório, o jovem Gonçalo de Matos. Dividido entre a cobiça e o respeito por uma mulher que pretendia ser antes sua nora que amásia, o trovador compõe um arrazoado sutil tentando provar à moça e a si mesmo que experimenta por ela um afeto mais puro e mais alto do que o vil desejo de possuí-la. O gosto das distinções conceituais marcadas em termos de análise moral dos movimentos da alma é vivo na lírica barroca, tendendo quase sempre ao especioso. Nem devemos esquecer que a ossatura lógica desse pensamento é ainda o formalismo classificador da velha escolástica que a educação contra-reformista reentronizou nas letras ibéricas:

*Amor generoso tem
o amor por alvo melhor,
sem cobiça ao que é favor,
sem temor ao que é desdém.*

*Amor ama, amor padece
sem prêmio algum pretender,
e anelando a merecer,
não lhe lembra o que merece.*

*Custódia, se eu considero
que o querer é desejar,
e amor é perfeito amar,
eu vos amo, não vos quero.*

(III, 700-3)

Tudo bem definido com elegância na dicção e justeza nas predicções. Amor aqui, desejo lá, “eu vos amo”, “não vos quero”. A consciência moral parece assegurada, assim como a limpa virtude do poeta. Mas, na vigésima e derradeira quadra, os conceitos claros e distintos se misturam, e o que resta é a projeção de uma turva coexistência:

*Porém já vou acabando
por nada ficar de fora
digo que quem vos adora,
vos pode estar desejando.*

Compare-se este dúbio resultado obtido pela mulata Custódia com o ciclo de poemas escritos para abrandar os rigores de Brites, dama nívea e soberba que afinal o enjeitaria por um pretendente mais moço e de melhores costumes. Nestas décimas o *topos* volta a ser buscado na tradição provençal. O trovador tece loas ao Amor, que é tanto mais perfeito quanto menos correspondido:

*Todo amante, que procura
ser em seu amor ditoso,
tem ambição ao formoso,
não amor à formosura:
quem idolatra a luz pura
da beleza rigorosa,
com fineza generosa
amá sempre desprezado,
porque o ser eu desgraçado
não vos tira o ser formosa.*

Um veio platonizante cruza o poema consumando a cisão de Eros em corpo e alma. Ou ardor sensual, ou adoração. Dois pesos e duas

medidas, portanto. A libido, torrente selvagem que poderia igualar os objetos do desejo, democratizando a relação universal entre homem e mulher, corre aqui pelos meandros de um sujeito mentalmente preso à experiência da colonização escravista, e que vive, até o fundo da carne, os preconceitos tatuados na pele da mulher:

*Sou um sujo e um patola,
de mau ser, má propensão,
porque se gasto o tostão
é só com negras de Angola,
um sátiro salvajola,
a quem a Universidade
não melhorou qualidade,
nem juízo melhorou,
e se acaso lá estudou,
foi loucura e asnidade.*

(IV, 964)

DEUS BIFRONTE

O teor da poesia dita *sacra* de Gregório de Matos também se resente de uma divisão interna: a consciência moralista e a via mística, preponderando aquela sobre esta.

A matriz dos mais célebres sonetos devotos do nosso poeta encontra-se na confissão de uma desobediência praticada contra um Ser superior: transgressão que se codifica em pecados contra os mandamentos bíblicos. Um preceituário moral, rigorista nas aparências e na classificação dos atos perversos, reifica as relações entre os homens e dentro do homem, correndo o risco de engessar a vida interior do fiel que se aperta entre a culpa objetivada e a angústia do remorso.

A experiência catártica do amor a um deus feito carne, que areja e dá liberdade à grande lírica religiosa, inibe-se e estiola quando todo o peso da consciência recai sobre o negror da ação já cumprida. A saída que se apresenta é a prática manifesta da absolvição confessional, que o Concílio de Trento encarecera e ritualizara.

O medo da morte eterna, aliviado e, de algum modo, controlado pelo mecanismo eclesiástico da expiação formalizada, revela o fundo dessa religiosidade que atravessou todo o barroco jesuítico. A Colô-

nia não teve um Pascal que ironizasse, em nome de uma relação homem-Deus mais livre e pessoal, a casuística manhosa gerada pelo caráter externo do tríplice liame: pecador, pecado, penitência.

Uma intersecção viva de sátira social e código moral contra-reformista, que faria as delícias de um historiador das mentalidades, é o longo romance intitulado “Queixa-se a Bahia por seu bastante procurador, confessando que as culpas, que lhe increpam, não são suas, mas sim dos viciosos moradores que em si alberga”, poema que se expande pela seriação dos dez mandamentos da lei mosaica. Cada pecado é coisificado em um ou mais *atos*, dispostos no espaço e no tempo da sua Bahia: os calundus e os feitiços, esperança do povo, pecam por idolatria contra o primeiro mandamento; as falsas juras, contra o segundo; os gestos desleixados dos homens durante a missa e os adornos vistosos das mulhetes, contra o terceiro; os maus hábitos dos filhos, contra o quarto; as línguas ferinas, contra o quinto; os bailes e toques lascivos, contra o sexto; os furtos dos novos-ricos, contra o sétimo; e assim por diante.

Em contabilidade tão miúda cada falta do pecador lhe acresce e agrava cumulativamente o débito; para resgatá-lo é necessário impetrar uma graça infinita, ou então conjurá-la com uma prece no fundo mais aliciante que piedosa:

*Eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada.
Cobrai-a, e não queirais, Pastor divino,
Perder na vossa ovelha a vossa glória.*

A remissão depende aqui de uma permuta pela qual o gesto de perdoar, que deveria ser um ato de dar absolutamente (*per-donare*), converte-se em um ganho para Deus, ao passo que o ato de condenar resultaria em perda da sua glória. Pede-se a Deus, em suma, que não faça um mau negócio... A mesma idéia, embora mais rica de matizes, já está em Quevedo, que assim fecha o Salmo XIII da série *Las tres musas*:

*Confieso que he ofendido
al Dios de los ejércitos de suerte
que en otro que Él no hallara la venganza
igual la recompensa con mi muerte;
pero, considerando que he nacido
su viva semejanza,
espero en su piedad cuando me acuerdo
que pierde Dios su parte si me pierdo.*

Mas sob a superfície das transações e dos jogos de consciência, aprendidos nos tratados romanos de Casos Morais, avulta a sombra da danação, patente nas imagens terríveis do Juízo Final, de amplitude cósmica, e na certeza barroca do destino humano desfeito “em terra, em fumo, em pó, em sombra, em nada”. A poesia apocalíptica recebe em Gregório o tom dos sermonistas do tempo quando desenvolviam o tema ameaçador dos “novíssimos” (isto é, últimos) estágios do destino humano, *morte, juízo, inferno ou paraíso*.

O terceto e o soneto abaixo transcritos apelam para aquelas duas fontes do imaginário barroco, o *memento homo* e o *dies irae*:

.....

*Todo o lenho mortal, baixel humano,
Se busca a salvação, tome hoje terra,
Que a terra de hoje é porto soberano.*

(“No dia da quarta-feira de cinzas”)

*O alegre dia entristecido,
O silêncio da noite perturbado,
O esplendor do sol todo eclipsado,
E o luzente da lua desmentido.*

*Rompa todo o criado em um gemido.
Que é de ti, mundo? onde tens parado?
Se tudo neste instante está acabado,
Tanto importa o não ser, como haver sido.*

*Soa a trombeta da maior altura,
A que vivos e mortos traz o aviso
Da desventura de uns, de outros ventura.*

*Acabe o mundo, porque é já preciso,
Erga-se o morto, deixe a sepultura,
Porque é chegado o dia do juízo.*

(“Ao dia do Juízo”)

O cálculo dos méritos e deméritos e a tentativa de aplacar o juiz não conseguem sufocar o terror renascente da morte e do castigo universal; ao contrário, deixam ver o subsolo friável da moral tradicionalista dos Seiscentos, que vive uma hora de sombras e angústias extremas, “porque é chegado o dia do juízo”.

Mas convém perguntar, para sair das grandes abstrações meta-históricas, que mundo é esse que deve acabar em catástrofe?

O homem de letras criado na *forma mentis* da Contra-Reforma enfrenta a maré mercantil internacional que ascende, embora ainda se ache longe do seu pico só conquistado pela burguesia entre os séculos XVIII e XIX.

A visão de um corpo social bem-ordenado,¹² que os estamentos ibéricos ensinam ao Gregório estudante de leis e cânones em Coimbra, não se ajusta harmoniosamente à rapidez brutal com que se dão na inculta colônia as mudanças de fortuna e de estado. Até mesmo a oposição “natural” de branco e preto borra-se na Bahia mestiça onde fazem carreira clerical mulatos desenvoltos e apaniguados. Enfim, o corte drástico entre Honra e Negócio perde o gume sempre que investe, sôfrega, a máquina mercante. E o que sobrou do patrimônio erodido e malgasto do filho d’algo em crise vai cair nas garras do unhas. Como resistir se o mal penetrou nas juntas do sistema e nas entranhas do sujeito?

O modo único de resistir é maldizer, é moralizar, é repetir a cada um que é pó, e a pó reverterá, é convocar para o aqui-e-agora o dia do julgamento. Morte, juízo, inferno ou paraíso. Nesse momento tremendo em que todo o cosmos se comoverá, se falharem os sentimentos de perfeita contrição, salve-se o pecador ao menos pela imperfeita atrição, que é um arrependimento movido não tanto por amor a Deus quanto por medo às penas do inferno, mas ainda assim, no dizer caviloso dos casuístas, suficiente para lograr o divino perdão.

Ora, desde que o temor ao castigo é mais forte do que a vontade do Bem, bloqueia-se a via amorosa mística, e só resta o moralismo ou o terror. O código de preceitos se enrijece com vistas à transgressão cujo fantasma ronda obsedante a alma do pecador:

*Deus me chama co'o perdão
por auxílios e conselhos,
eu ponho-me de joelhos
e mostro-me arrependido;
mas como tudo é fingido,
não me valem aparelhos.*

*Sempre que vou confessar-me,
digo que deixo o pecado,
porém torno ao mau estado,
em que é certo o condenar-me:*

*mas lá está quem há de dar-me
a pago do proceder:
pagarei num vivo arder
de tormentos repetidos
sacrilégios cometidos
contra quem me deu o ser.*

A vigilância coibidora atrai a tentação e ambas roçam-se mutuamente buscando o amplexo impossível. Nesse conflito, que vexa e oprime a consciência, o instinto de morte espreita a sua vez. O desejo negado e a repressão infeliz, frustres e ressentidos um com o outro, só esperam a hora em que o corpo vivo passe a cadáver enquanto a criação se rompe em gemidos de agonia:

Acabe o mundo, porque é já preciso.

Contudo, se o tom entre legalista e catastrófico, dominante nos poemas sacros, fosse exclusivo, não se daria aquela cisão apontada no começo do tópico. Pois existe, felizmente, um outro modo de poetar “a lo divino”, que já vimos em contexto bem diverso na lírica espanhola de Anchieta. Em Gregório essa maneira tampouco é original, e trai curiosamente o glosador capaz dos mais surpreendentes exercícios de osmose. Transpassa na voz feminina que ditou o longo e sutil “Solilóquio de madre Violante do Céu ao Diviníssimo Sacramento: glosado pelo poeta para testemunho de sua devoção, e crédito da Venerável Religiosa”.

Desta vez o centro inspirador do texto não está na angústia da falha reiterada nem no medo à pena eterna, mas na memória da Paixão de Cristo, recriada no sacramento por força de um ato gratuito de amor e sem relação alguma com o grau de mérito do fiel. Gregório, como o seu coetâneo Baltasar Gracián, suspende, ainda que por breve tempo, o veio da sátira pessimista para entregar-se à certeza mística, assim expressa no *Comulgatorio* daquele ardido prosador barroco: “No hay horror donde hay amor”.¹³

No “Solilóquio”, gratuidade e espontaneidade humanizam o fenômeno religioso, mudam o teor dos sentimentos, liberam as imagens. As metáforas, mórbidas e terrosas nos poemas apocalípticos, fazem-se nítidas e alegres, misturando ar e luz em expressões leves como “arrebol”, “cândido Oriente”, “cândidos lírios”, “fonte cla-

ra”, “epiciclos de neve”, “sol nascente”, “cristal puro e fino”, “divina neve”, “gala” e “bizarria”.

Não por acaso um dos esquemas de lógica poética mais fortes do texto é o que contrapõe a escuridão dos céus sobrevinda à morte de Jesus à luminosidade do Sol que o pão da Eucaristia recobre. A luz está no sacramento como encerrada em um invólucro material, em si opaco, que se declara em linguagem cultista um “emblema” e um “enigma”:

*E suposto o pensamento
se pasma do escuro enigma,
mais o mistério sublima
vendo-vos no Sacramento:
ali meu entendimento
conhecendo-vos tão claro,
melhor esforça o reparo
de que estais tão luzido,
quando melhor compreendido
Enigma de amor mais raro.*

*Que no Sacramento estais
todo, e toda a divindade,
conheço com realidade,
suposto que o disfarçais:
para que vos ocultais
nesse mistério tão raro,
se a maravilha reparo,
penetrando-vos atento,
mais claro ao entendimento,
que sendo à vista tão claro?*

(Texto 3 — Glosa) (vol. I, pp. 84-5)

Para figurar tão radiosa interioridade (que o sudário “sanguinosa-mente escuro” escondera), as metáforas pregnantes são as de “fogo ativo” e “infinito ardor”, imagens místicas e eróticas por excelência aqui trazidas ao foco do sujeito e do seu corpo, o “peito amante”:

*Arde meu peito em calor,
se bem estou anelando,
quando estou abrasando
em tanto fogo de amor,
que um peito amante verbera,*

*quem o favor não espera
de tanto carinho ao rogo,
se a chamais de ativo fogo
nunca vos negais esfera?*

(Texto 8 — Glosa) (I, 94-5)

.....
*Vinde a meu peito, Senhor,
fareis do divino humano*

.....
*e por timbre de poder
fareis do humano divino.*

(Texto 19 — Glosa) (I, 94-5)

A transcendência calada na imanência, o Deus-Homem que “a cada um transformou/ passando o divino a humano”, é o pressuposto do primeiro conceito de fraternidade universal na medida em que postula que todos os homens foram criados e remidos pelo mesmo Deus.

Mas esse movimento ideal para dignificar a pessoa em si mesma não conseguiu transpor os versos da lira sacra para penetrar a sátira de um cotidiano colonial feito de senhores, tratantes e escravos.

4

VIEIRA
OU
A CRUZ DA DESIGUALDADE

*A verdadeira fidalguia é a ação.
O que fazeis, isso sois, nada mais.*

Vieira, *Sermão da Terceira Domingo do Advento*

Gregório de Matos e Antônio Vieira foram contemporâneos. Há testemunhos de que se conheceram e estimaram no período baiano de ambos, que coincidiu com os últimos anos de vida de um e de outro: o poeta morreu em 1696, o pregador no ano seguinte.

Comparado com o “piccolo mondo” de Gregório, sátiro e cronista das mazelas da Bahia, o universo de Vieira se mostra mais largo. Jesuíta, conselheiro de reis, confessor de rainhas, preceptor de príncipes, diplomata em cortes europeias, defensor de cristãos-novos e com igual zelo missionário no Maranhão e no Pará, Vieira traz em si uma estatura e um horizonte internacional. O interesse que ainda hoje desperta a sua obra extensa e vária (207 sermões, textos exegéticos, profecias, cartas, relatórios políticos...) só tem a ganhar se for norteado por um empenho interpretativo que consiga extrair dela a riqueza das suas contradições, que são as do sistema colonial como um todo, e que só a experiência brasileira, de per si, não explica.

Leitor e amador de Vieira há pelo menos trinta anos, tento nestas páginas riscar o desenho breve de algumas linhas mais fortes que compõem a sua fisionomia. Os seus olhos negros e vivíssimos, cercados de olheiras sofridas, eram olhos postos no futuro: cada traço desse rosto vincado parece acusar uma luta, perdida sempre, que outra luta vai substituir sem trégua nem desalento. Não foi por acaso que